DRNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XII - Nº 2.408 - Brasília, quarta-feira, 5 de julho de 2006



Jungmann (*em primeiro plano*), ao lado de Antônio Carlos Biscaia, Amir Lando e Tardelli

Sanguessugas atacam ciência e tecnologia e educação

ventura e o procurador Mário Lúcio Avelar revelaram que as fraudes com recursos do Orçamento resultantes de emendas parlamentares atingem, além da saúde, as áreas de educação e de ciência e tecnologia. Essas in-

O delegado Tardelli Boa- formações foram prestadas em reunião fechada da CPI dos Sanguessugas, segundo afirmou o vice-presidente da comissão, deputado Raul Jungmann. Os depoentes disseram que pelo menos 60 parlamentares estariam envolvidos. Página 6

Projeto inclui dona-de-casa na Previdência

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou projeto que permite incluir no sistema previdenciário o integrante de sociedade conjugal ou união estável que trabalha no lar sem remuneração. Página 7

Mudança no IR beneficia trabalhador

Proposta aprovada pela CAE estabelece que, no caso de rendimentos recebidos acumuladamente, não será cobrado o Imposto de Renda sobre os meses que, isoladamente, não ultrapassem o limite de isenção. Página 7

Ética e cidadania podem ser ensinadas na escola

missão de Educação aprovou ontem projeto do senador Pedro Simon que visa inserir no currículo dos ensinos fundamental e médio disciplina destinada

Por unanimidade, a Co- ao desenvolvimento dos valores éticos e da cidadania. Os conteúdos, segundo a proposta, também deverão estar presentes nos cursos de formação dos profissionais de educação. Página 8

Senado aprova Fundeb e reajuste a aposentado

Entre as dezenas de propostas votadas ontem, destacam-se também créditos extraordinários e empréstimos a estados



Renan Calheiros (2º à direita) preside sessão que desobstruiu a pauta



Plenário lotado aprovou medidas provisórias e projetos de grande repercussão

■ sforço concentrado dos senadores permitiu que o Plenário aprovasse ontem, em dois turnos, a proposta que cria o Fundeb, fundo da educação básica, que retorna ao exame da Câmara dos Deputados. Essa matéria era uma das mais aguardadas pela sociedade. Outra votação relevante refere-se ao projeto de conversão da MP que aumentou o salário mínimo para R\$ 350 desde 1º de abril e, conforme mudança feita pelos deputados, estendeu o mesmo índice de reajuste (16,67%) aos aposentados e pensionistas do INSS. A proposta será encaminhada imediatamente à sanção do presidente Lula, que poderá vetála. O governo defende reajuste de 5% para aposentados e pensionistas. Quatro pedidos de crédito extraordinário enviados pelo Executivo foram acolhidos, assim como planos de carreira de servidores do governo federal e da Câmara dos Deputados. Páginas 3 a 5

Senador quer indenização para ex-pacientes que foram compulsoriamente internados em hospitais-colônias e afastados do trabalho, da sociedade e da própria família

Tião Viana propõe pensão para hansenianos que foram isolados

Projeto de lei que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas por hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios foi apresentado por Tião Viana (PT-AC). A pensão corresponde a dois salários mínimos (R\$ 700) mensais e será reajustada anualmente conforme os índices concedidos aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Ao encaminhar o projeto à Mesa, o senador lembrou que, no Brasil, os hansenianos foram freqüentemente submetidos a tratamentos em hospitais de difícil acesso, chamados de leprosários, em condição similar a de prisioneiros criminosos. Essas instituições, ressaltou, nem sequer tinham caráter terapêutico,



Tião Viana diz que projeto ajudará a eliminar a hanseníase do país este ano

uma vez que não havia remédios doados pelo Estado.

O senador recordou que o governo Getúlio Vargas adotou uma política de isolamento em massa dos hansenianos em que os filhos eram separados dos pais ao nascer e encaminhados a centros para

adoção. Ele informou também que dos antigos leprosários ainda restam três em atividade no Brasil, e cerca de 3 mil doentes remanescentes do isolamento. Tião Viana, que é médico, explicou que hoje, com a consolidação da cura, os hospitais-colônias passaram a asilar apenas antigos doentes, que não tinham mais vínculos familiares ou sociais fora de seus muros. A doença tem cura por meio da poliquimioterapia – um tratamento com múltiplos medicamentos realizado no âmbito da assistência ambulatorial.

O parlamentar salientou que seu projeto não fere a Lei de Responsabilidade Fiscal e ajudará no cumprimento da meta do governo de eliminação da hanseníase até dezembro deste ano.

Suassuna defende aprovação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas

Ney Suassuna (PMDB-PB) apelou ontem pela desoneração da carga tributária aplicada a micro e pequenas empresas. Na sua opinião, esse seria o caminho para "injetar recursos, ânimo e vigor na economia". O senador reclamou das dificuldades enfrentadas pelos empresários para obtenção de crédito e no cumprimento das exigências legais para regularização de seus empreendimentos.

Suassuna pediu atenção especial para os dois segmentos pelo fato de contribuírem com 20%

do produto interno bruto (PIB) e gerarem 60% dos postos de trabalho do país. Esse aperto tributário também teria influenciado, conforme acrescentou, o quadro de informalidade em 50% desses empreendimentos.

A aprovação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas foi defendida pelo parlamentar, que a vê como um marco regulatório eficiente para os segmentos. Comentou ainda a medida provisória (MP 303/06) que prevê a possibilidade de parcelamento,



Suassuna quer a desoneração da carga tributária aplicada ao setor

em até 130 meses, de débitos de micro e pequenas empresas junto à Receita Federal, à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e ao INSS. Apesar de elogiar o prazo de parcelamento, queixou-se da cobrança de juros altos.

"Propósito clientelista" de medidas do governo é condenado por Iris

Iris de Araújo (PMDB-GO) afirmou que o "pacote de bondades" lançado nas últimas semanas pelo governo Lula esconde o "propósito clientelista" de conseguir votos com aumentos de salário para servidores públicos e ampliação do atendimento do Bolsa Família.

– Lamento que, depois de décadas de desacertos históricos, o Brasil não tenha encontrado um modelo administrativo baseado na ética, evitando que o governo transformasse sua obrigação de bem governar em moeda de troca eleitoral – afirmou.

Conforme a senadora, o que os brasileiros esperam é a "alegria do



Brasília, quarta-feira, 5 de julho de 2006

Iris: aumento para servidores e ampliação do Bolsa Família têm fins eleitoreiros

emprego e a terra para plantar".

Ela chamou a atenção para o crescimento do Bolsa Família em junho último: 62% em relação a todo o ano de 2004 e 81% em relação a todo o ano de 2005, de acordo com o jornal *O Globo*.

<u>Agenda</u>

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário deve analisar indicados para autarquias

A sessão está marcada para as 14h. Com a pauta liberada, os senadores continuam na próxima semana o esforço concentrado para aprovar uma agenda mínima antes do recesso. Devem analisar as indicações para diretores de autarquias como as agências reguladoras e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), entre outros.

CPI dos Sanguessugas vota requerimentos

A CPI dos Sanguessugas tem reunião administrativa às 10h30 para votação de requerimentos e definição da agenda. O próximo depoimento a ser marcado deve ser o da ex-assessora especial do

Transplante de órgãos

Às 9h30, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa a normatização do transplante de órgãos de anencéfalos e proposta que fixa restrições à demissão de portador de Aids, hepatite C e doenças graves contagiosas.

Ministério da Saúde Maria da Penha Lino, acusada de intermediar, no órgão, um esquema de fraudes para a compra de ambulâncias com preços superfaturados utilizando recursos do Orçamento da União.

Sabatina para o STJ

Às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sabatina Antonio Hermen Vasconcellos e Benjamin, indicado para ocupar a vaga do ministro Edson Vidigal no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º **Vice-Presidente:** Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia **Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333 **Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin,

Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck **Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araujo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Morais e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima **Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332 **Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich e Silvia Gomide (interina) (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail*: jornal@senado.gov.br Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, $20^{\rm o}$ andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza e Romeu Tuma

Aumento foi introduzido pela Câmara em projeto de conversão da medida provisória que elevou salário mínimo para R\$ 350 a partir de abril

Pauta liberada com aprovação de créditos extraordinários

Quatro créditos extraordinários enviados ao Congresso por meio de medidas provisórias foram aprovados ontem em Plenário, desobstruindo, assim, a pauta de deliberações do Senado. O primeiro crédito, concedido pela MP 286/06, tem o valor de R\$ 250,5 milhões e destina-se aos ministérios da Justiça, da Previdência Social e do Esporte. A matéria segue agora à promulgação.

Foram alocados R\$ 140 milhões para o Ministério da Justiça. O Ministério da Previdência Social deverá receber R\$ 26 milhões e ao Ministério do Esporte caberá R\$ 84.5 milhões.

Em seguida, o Plenário acolheu projeto de lei de conversão (PLV 17/06) apresentado à MP 287/06, que abre crédito extraordinário de R\$ 361.554.596 em favor do Ministério dos Transportes. A matéria vai agora à sanção presidencial. Também foi aprovado crédito extraordinário de R\$ 738 milhões, concedido pela MP

289/06, em favor dos ministérios do Desenvolvimento Agrário (R\$ 118 milhões) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (R\$ 120 milhões) e de operações oficiais de crédito (R\$ 500 milhões).

O último crédito extraordinário aprovado (MP 290/06) tem o valor global de R\$ 1.775.849.258, alocados em favor de dez ministérios, da Presidência da República e de encargos financeiros da União. Alguns exemplos de ações a serem viabilizadas por esses recursos são a manutenção do serviço de denúncia de violência contra as mulheres; a implantação da Central de Atendimento da Previdência Social; a realização do censo agropecuário e de contagem da população pelo IBGE; ações de combate à ameaça da gripe aviária; e a conclusão dos sistemas de trens urbanos de Belo Horizonte e do Recife. Essas duas últimas MPs aprovadas vão à promulgação.

Plenário acolhe projeto que altera multa por excesso de velocidade

O Plenário aprovou ontem projeto de lei do deputado Beto Albuquerque que altera a forma de aplicação das multas por excesso de velocidade, ao estabelecer três níveis de gravidade: médio, grave e gravíssimo. O projeto (PLC 28/04) segue agora para a sanção do presidente da República.

A proposta visa à redefinição, no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), dos tipos de infração por excesso de velocidade, que passariam a admitir três níveis de gravidade. O primeiro, médio, abrangeria as velocidades com até

20% de excesso em relação à máxima permitida na via; o segundo, grave, aquelas que excedessem a máxima em mais de 20% e até 50%; e o terceiro, gravíssimo, excessos superiores a 50%.

O autor considera desproporcional e equivocado o critério adotado pelo CTB. "Há absoluta intolerância com os pequenos excessos de velocidade, geralmente cometidos de forma involuntária ou até defensivamente, e não necessariamente por um ato de indisciplina do condutor", argumenta o deputado.



Plenário realiza maratona de votações com a aprovação de projetos de alcance social

Aprovado reajuste de 16,67% a pensionista e aposentado do INSS

O Plenário do Senado aprovou ontem, em votação simbólica, o projeto de lei de conversão (PLV) da Medida Provisória (MP) 288/06, que aumentou o salário mínimo de R\$ 300 para R\$ 350 desde o dia 1º abril. A mudança feita pelos deputados estende o mesmo índice (16,67%) aos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que ganham mais de um mínimo. A matéria teve como relatora a senadora Iris de Araújo (PMDB-GO), que apresentou voto favorável.

A proposta será encaminhada imediatamente à sanção do presidente Lula. Ontem, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, afirmou à imprensa que o governo "não tem medo" de vetar o aumento de 16,67% dos aposentados do INSS. Essa é a segunda medida provisória que recebe emenda no Congresso para reajustar os pro-

ventos de aposentados com esse índice. A primeira é a MP 291/06, que recebeu emenda do senador Paulo Paim (PT-RS) introduzindo o reajuste mais elevado – a proposta do governo é de 5%. A matéria está pronta para votação na Câmara dos Deputados.

No Plenário, apenas o senador João Ribeiro (PL-TO) discutiu a MP do salário mínimo, quando defendeu a aprovação do projeto sem mudanças, inclusive com o parágrafo colocado pelos deputados. Nenhum líder partidário se manifestou sobre a matéria.

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), disse à imprensa "que caberá ao presidente Lula decidir" se veta ou não os 16,67%. Recentemente, o chefe do governo afirmou que a diferença entre os 5% propostos pelo governo e os 16,67% custaria aos cofres públicos cerca de R\$ 7 bilhões por ano.

Aumento para várias categorias do Poder Executivo

Foi aprovada pelo Senado proposta oriunda da Câmara (PLC 17/06) que concede aumentos e promove mudanças nos planos de carreira de algumas categorias, como diplomatas e oficiais e assistentes de chancelaria; funcionários do Hospital das Forças Armadas; e membros do Tribunal Marítimo.

Transcorreu ontem a terceira sessão de discussão da PEC 30/02, sobre inelegibilidade. Se aprovada, as pessoas que substituírem chefes de executivos nos seis meses anteriores ao pleito não serão considerados inelegíveis caso essa interinidade não exceda a 15 dias.

Plano de carreira da Câmara vai à sanção presidencial

O Plenário aprovou ontem o plano de carreira dos servidores da Câmara, que institui gratificações de representação e disciplina um adicional de especialização. A matéria vai à sanção.

O adicional de especialização, de até 30% do vencimento, tem o objetivo de premiar os conhecimentos adquiridos e as habilidades específicas do servidor mediante capacitação, qualificação e desempenho de atividades de direção, chefia e assessoramento. A gratificação de representação visa ajustar o salário dos consultores da Câmara ao dos demais órgãos do Legislativo.

Senadoras terão direito a licença à gestante

Os senadores e as senadores passarão a ter o direito de gozar das licenças à gestante, ao adotante e paternidade já asseguradas, pela Constituição, aos trabalhadores da iniciativa privada e aos servidores públicos. O Plenário aprovou projeto de resolução (PRS 23/06), de iniciativa de Patrícia Saboya (PSB-CE), para inserção desses benefícios no Regimento Interno do Senado.

Heloísa Helena (PSOL-AL) e Tasso Jereissatti (PSDB-CE) registraram seu apoio à concessão dessas licenças. A Câmara já tratou de estender, desde 2003, esses direitos aos deputados federais.

Comissão acata diretrizes para política de agricultura familiar

Uma proposição que pode trazer novas perspectivas para o pequeno produtor foi aprovada ontem pelo Senado. O projeto (PLC 32/06), de autoria do deputado Assis Miguel do Couto, estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Agricul-

tura e Reforma Agrária (CRA), onde foi relatada pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), e vai à sanção presidencial.

Entre os princípios fundamentais da Política Nacional da Agricultura Familiar estão a descentralização, a sustentabilidade ambiental, social e econômica, a equidade na aplicação das políticas e a participação dos agricultores em sua formulação e implementação.

Proposta impede a penhora de máquina e equipamento agrícola

Projeto de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que proíbe a penhora de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas pertencentes a produtores rurais ou empresas que atuam no setor foi aprovado ontem pelo Plenário, mediante substitutivo de Marcelo Crivella (PRB-RJ). No entanto, a penhora poderá ser feita se as máquinas tiverem sido objeto de financiamento e estiverem vinculadas a garantia, ou se responderem por dívida de natureza alimentar ou trabalhista.

A proposta, que precisa ainda ser aprovada pela Câmara, foi apresentada em 1999, mas enfrentou obstáculos na tramitação, porque não continha as exceções da garantia, o que iria impedir que os bancos financiassem a compra de máquinas agrícolas. O substitutivo resolveu o problema.

Autor do substitutivo, José Jorge foi elogiado pelo aprimoramento da proposta. Expectativa é de que novo fundo favoreça 48 milhões de alunos do ensino básico

Acompanhante de criança em UTI

Projeto que exige dos planos de saúde a cobertura das despesas de acompanhantes de recémnascidos, lactentes e crianças internados em unidades de terapia intensiva (UTIs) ou similar foi aprovado ontem pelo Plenário.

Em virtude de recebimento de emendas nas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE), o projeto (PLS 174/00) de autoria de Luiz Pontes (PSDB-CE) será encaminhado para redação final.

Efetivo da Aeronáutica sofrerá alterações

Proposta fixando os efetivos do Comando da Aeronáutica em tempo de paz foi aprovada ontem pelo Senado. O projeto de lei da Câmara (PLC 138/05), de autoria da Presidência da República, agora segue para sanção.

A Aeronáutica fará um corte de mil cabos e soldados e de 3.200 taifeiros, mas aumentará em 11 os oficiais-generais, em 375 os oficiais superiores, em 200 os intermediários e subalternos, e em mil os suboficiais e sargentos.

Obrigatoriedade para sistema de aterramento

O Senado aprovou o projeto de lei proveniente da Câmara (PLC 64/00) que torna obrigatória a existência de sistemas de aterramento e instalações elétricas compatíveis com o uso de fio terra. Essa exigência abrangerá somente as edificações construídas depois do início da vigência da nova lei.

A proposta – que teve origem em projeto de 1995 do então deputado federal Freire Júnior – vai agora à sanção presidencial.

Homenagens a museus e a Florestan Fernandes

Homenagens aos museus brasileiros e ao falecido sociólogo Florestan Fernandes foram aprovadas pelo Senado, em turno único. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 14/06, do deputado André Costa (PDT-RJ), institui 2006 como o "Ano Nacional dos Museus".

Já o PLC 25/06, do deputado Celso Russomanno (PP-SP), declara Florestan Fernandes "patrono da Sociologia brasileira".

Fundeb passa no Senado com modificações e volta à Câmara

O Plenário do Senado aprovou na noite de ontem o substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) à proposta de emenda à Constituição que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb). Devido à aprovação de um substitutivo, a proposta, que teve como relator na CCJ o senador José Jorge (PFL-PE), volta à Câmara. Diversos dispositivos da proposta (PEC 9/06) ainda dependerão de regulamentação em lei.

Entre as matérias que tramitam no Congresso, a proposta de criação do Fundeb é uma das mais esperadas pela sociedade e pelos parlamentares neste primeiro semestre. A expectativa é que o fundo amplie para 48 milhões o número de crianças atendidas pela educação básica, aumente substancialmente os recursos para financiar o ensino básico, além de



Esforço dos senadores em Plenário permitiu a votação da proposta em dois turnos

melhorar sua distribuição.

 A instituição do Fundeb representará um passo inicial para melhorar a educação brasileira
 ressaltou o relator.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, e o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), parabenizaram José Jorge pelo aprimoramento da proposta.

Para Cristovam Buarque (PDT-

DF), "o Fundeb é melhor do que nada, mas está longe da mudança que a educação precisa fazer". Por sua vez, Aloizio Mercadante (PT-SP) classificou o projeto como o mais importante desta legislatura, por melhorar um aspecto estrutural. Já Arthur Virgílio (PSDB-AM) lembrou que o Fundeb é o aprimoramento de iniciativa do governo anterior.

ao recebimento de emendas, o projeto retorna à Câmara.

Maior transparência

nos vestibulares

Aprendiz tem conclusão

de curso assegurada

Os menores aprendizes, de

14 a 18 anos, com contratos de

trabalho de aprendizagem fir-

mados com empresas, podem ter

assegurada a conclusão do ensino

médio. Isso é o que determina o

projeto da Câmara, de autoria dos

deputados Ann Pontes (PMDB-

PA), Laura Carneiro (PFL-RJ)

e Milton Cardias (PTB-RS),

aprovado ontem pelo Plenário

do Senado (PLC 49/05). Devido

Foi aprovado pelo Senado projeto que pretende conferir mais transparência aos vestibulares. A proposta (PLC 89/05), do deputado Lobbe Neto (PSDB-SP), acrescenta ao artigo 44 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) parágrafo que estabelece que as instituições de ensino superior serão obrigadas a divulgar a relação nominal dos classificados e a ordem de classificação, bem como o cronograma de chamadas para matrícula.

Mais prazo para regularização de dívidas

Projeto de resolução, aprovado ontem pelo Senado, estende até o fim deste ano o prazo para que estados, municípios e o Distrito Federal regularizem suas contas e quitem eventuais dívidas com instituições financeiras — o prazo anterior terminara em 31 de maio. Sem os ajustes, os pedidos de empréstimos desses entes públicos não podem ser examinados. O projeto (PRS 35/06) é de Iris de Araújo (PMDB-GO).

Na justificação da proposta, que altera os artigos 16 e 21 da Resolução 43/01 do Senado, Iris argumenta que é "necessário dar tempo aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para que se adaptem ao novo e mais amplo sistema de controle" da Secretaria do Tesouro Nacional. Segundo ela, é comum que um desses entes seja considerado inadimplente - e, assim, sem condições de contratar empréstimos - em situações nas quais somente um de seus órgãos apresenta dívida, às vezes de valor irrisório

Plenário aprova empréstimos para estados

Foram aprovados ontem pelo Plenário do Senado oito projetos de resolução contendo pedidos de crédito externo para os estados do Tocantins, de Mato Grosso do Sul, do Pará, da Bahia e do Ceará. As matérias vão à promulgação.

Todas as proposições para os estados foram

aprovadas com a inclusão de emenda do líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), que excepcionaliza o prazo para a assinatura dos contratos de empréstimo. que teria sido encerrado segunda-feira. Conforme resolução nesse sentido, o período para assinaturas de contratos externos pelos governadores dos estados é de 180 dias anteriores ao exercício do mandato dos sucessores. Pelo prazo em vigor, já vencido portanto, os governadores atuais não poderiam assinar tais empréstimos

Violência contra a mulher será punida com mais rigor

O Senado aprovou ontem projeto de lei da Câmara, encaminhado pela Presidência da República, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Relatora da proposta, Lúcia Vânia (PSDB-GO) explicou que o PLC 37/06 torna mais rígidas as punições para os agressores, criando uma vara judiciária especial para tratar desse tipo de crime.

Conforme a senadora, o projeto apresenta algumas inovações que poderão contribuir para a redução dos casos de violência doméstica, como a proibição da aplicação de penas restritivas de direito, de prestação pecuniária, cestas básicas e multas. O texto, elaborado a partir de diretrizes contidas em compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, também define como violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou conduta baseada na relação de gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico.

Projeto institui 2006 como Ano da Juventude

O Projeto de Lei da Câmara 137/05, que institui 2006 como o Ano da Juventude, foi aprovado pelo Plenário do Senado. A proposição, de autoria dos deputados Maurício Rabelo (PL-TO) e Almir Moura (PFL-RJ), prevê, ao longo deste ano, ações específicas do poder público voltadas para a juventude brasileira.

Entre as iniciativas propostas está o acesso ao primeiro emprego, ao ensino superior, a bens culturais e à iniciativa científica.

Acolhida criação de cargos comissionados

O projeto de lei da Câmara que trata da criação de funções comissionadas no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (MS) foi aprovado ontem pelo Senado. A proposta (PLC 82/05), de autoria do Tribunal Superior do Trabalho, foi relatada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), e vai à sanção do presidente da República.

Senado aprova novas regras para a profissão de vigilante

O Senado aprovou ontem o projeto de lei da Câmara (PLC 48/03) que regulamenta a profissão de agente de segurança privada. Como recebeu emenda na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a matéria volta à Câmara dos Deputados.

Segundo o parecer da CCJ, até agora a legislação havia se preocupado apenas com a regulamentação do funcionamento das empresas de segurança. O documento ainda prevê que as novas normas poderão garantir maior segurança para os vigilantes e melhorar os seus serviços.

De acordo com o projeto, deverão atuar como agentes de

segurança privada os maiores de 18 anos que tiverem concluído o ensino fundamental, os que não tenham antecedentes criminais, os aprovados em curso de formação de vigilantes e os que possuírem registro no órgão competente. Os trabalhadores que, antes da publicação da lei, já exerciam a profissão, no entanto, não necessitarão cumprir tais exigências.

Os vigilantes precisarão também realizar exames médicos, psicológicos e psicotécnicos, além de cursos de reciclagem, a cada dois anos. Entre os direitos previstos pela proposta, estão indenização por acidente de trabalho e seguro de vida em grupo.

Adiada análise sobre prescrição de remédios

O Plenário do Senado acolheu ontem requerimento do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) solicitando o adiamento da votação do projeto de lei da Câmara (PLC 65/05) que obriga médicos e dentistas a receitarem medicamentos pelo seu princípio ativo, e não apenas pelo nome comercial ou de marca.

A matéria recebeu substitutivo do senador Mão Santa (PMDB-PI) na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e deve voltar à análise do Plenário no dia 23 de agosto.

Iniciativa homenageia o músico Ary Barroso

O Senado aprovou ontem o Projeto de Lei da Câmara 3/06 que institui o Dia do Radialista. A proposta, do deputado Sandes Júnior (PP-GO), estabelece a nova data comemorativa no dia 7 de novembro, nascimento do compositor, músico e radialista Ary Barroso.

Sandes Júnior argumenta que "a instituição do Dia do Radialista vai prestar uma justa homenagem a Ary Barroso, no ano do centenário de seu nascimento e, por extensão, aos profissionais do rádio". A matéria segue para sanção presidencial.

Mudanças na regulamentação da profissão de jornalista são acolhidas

Com emenda de redação, o Senado aprovou ontem projeto que revisa e contextualiza o decretolei que regulamenta o exercício da profissão de jornalista. A proposta (PLC 79/04), do deputado Pastor Amarildo (PSC-TO), discrimina e classifica novas atribuições e atividades privativas desses profissionais

Quando o Decreto-Lei 972 foi editado, em 1969, a atividade jornalística se institucionalizou, mediante a exigência de diploma de nível superior para a obtenção do registro profissional. A polêmica sobre a obrigatoriedade do diploma se estende até os dias atuais, mas o fato é que, embora a legislação tenha sido submetida a revisões, o decreto se encontra, observou o deputado, "completamente desatualizado" diante do

surgimento de novos veículos e novas formas de atuação no âmbito da comunicação social.

O projeto contempla a diversificação das funções, incluindo novas figuras não apenas dentro dos veículos de imprensa tradicionais, como o produtor jornalístico ("profissional que apura as notícias, agenda entrevistas e elabora textos jornalísticos de apoio ao trabalho da reportagem"), mas também fora deles, como o professor de jornalismo e o assessor de imprensa ("presta serviço de assessoria ou consultoria técnica na área jornalística a pessoas físicas ou jurídicas").

Na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) relatou a matéria, que segue agora para sanção presidencial.

Lideranças partidárias não entram em acordo e aprovação da proposta depende, entre outros fatores, da análise de projeto que propõe mudanças na tramitação do Orçamento

Votação da LDO é transferida para a próxima terça-feira

A falta de acordo entre as lideranças partidárias adiou para terça-feira, em sessão conjunta marcada para as 12h, a votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) para 2007. Aprovada no último dia 21 de junho pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), a proposta precisa ser deliberada pelo Plenário do Congresso Nacional.

Um dos motivos do adiamento foi a ameaça do deputado Ricardo Barros (PP-PR) de pedir verificação de quórum. O parlamentar não aceita que o Congresso examine a LDO sem antes apreciar projeto de lei de sua autoria (PRC 2/05) que altera a tramitação do Orçamento da União. Entre as mudanças propostas está a definição de regras para a liberação das emendas pelo Executivo e a fixação de prazo para aprovação do Orçamento pelo Congresso.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA), em entrevista antes das votações do Plenário à noite, disse acreditar que a LDO será examinada na terça-feira se atendida uma condição: o exame dos pedidos de empréstimos externos para



Parlamentares devem votar projeto da LDO de 2007 no Plenário do Congresso Nacional

Ceará, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Bahia e Pará. Essas matérias, que vinham sendo obstruídas, foram aprovadas na sessão de ontem.

Novidad

A LDO deste ano torna obrigatória a inclusão no Orçamento de 2007 de recursos para compensar perdas dos estados exportadores em virtude da Lei Complementar 87/96 – Lei Kandir –, que desonerou da incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) os bens destinados à exportação. Os valores ainda não foram fixados, mas a tendência é que sejam utilizados os mesmos parâmetros de 2006.

O relator Romero Jucá (PMDB-RR) deixa claro, no substitutivo, que o cenário macroeconômico apresentado pelo Executivo prevê, em 2007, continuidade do quadro de crescimento econômico e de manutenção da estabilidade de preços. Estima-se crescimento do produto interno bruto (PIB) de 4,75%, inflação acumulada ao ano de 4,5% e taxa média de câmbio de R\$ 2,32.

Parecer é contra criminalização de cenas de nudez na TV

O Conselho de Comunicação Social (CCS) iniciou ontem a discussão do relatório da conselheira Berenice Isabel Mendes Bezerra com parecer contrário ao projeto do ex-deputado Severino Cavalcanti que classifica como crime a exibição de cenas de nudez ou de relações sexuais em programas ou em anúncios veiculados por canais de TV aberta. O debate prossegue na próxima reunião, marcada para 7 de agosto, quando o relatório será votado.

Berenice Mendes Bezerra afirmou que o projeto afronta a Constituição por restringir a liberdade de expressão. A representante dos artistas no conselho ressalvou, porém, que a população deseja participar das decisões sobre o que a família brasileira recebe em suas casas pela TV.

Para Berenice, a Constituição apresenta no artigo 221 os rumos a serem tomados em relação à programação. A conselheira defendeu, no entanto, a regulamentação do dispositivo e a aplicação das determinações nele contidas.

 É flagrante o descumprimento dos princípios norteadores da programação da televisão no país
 argumentou ela, que foi informada pelo conselheiro Paulo Tonet Camargo da existência de correntes jurídicas que consideram o artigo 221 auto-aplicável e que, por isso, não deve ser regulamentado.



Ao lado de Aldo Rebelo, Renan (C) cumprimenta Arnaldo Niskier

Conselho lança *Os Desafios da* Comunicação Social no Brasil

Com a presença dos presidentes do Senado, Renan Calheiros, da Câmara, Aldo Rebelo, e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Marco Aurélio, o Conselho de Comunicação Social (CCS) lançou, ontem, o livro *Os Desafios da Comunicação Social no Brasil*. A publicação – dedicada à memória do ex-integrante do CCS, o jornalista gaúcho Daniel Herz, falecido no dia 30 de maio – é uma coletânea de textos elaborados a partir dos debates realizados pelo conselho, de janeiro de 2005 até abril deste ano.

Participaram ainda do lançamento os senadores Marco Maciel (PFL-PE) e Roberto Saturnino (PT-RJ), o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, e o presidente do conselho, Arnaldo Niskier.



Ideli comemora entrega de últimas ambulâncias equipadas com UTIs móveis

Ideli: atendimento a emergências cobre todo o estado de SC

A senadora Ideli Salvatti (PTSC) comemorou a entrega, na segunda-feira, das últimas seis ambulâncias do Serviço de Atendimento Médico de Urgência (Samu) que atenderão 18 municípios da região serrana de Santa Catarina. Ela assinalou que, a partir de agora, o estado é o primeiro a contar com cobertura total do serviço.

Ideli explicou que o Samu é um programa do Ministério da Saúde, lançado em 2003, fruto de uma parceria entre os governos federal, estaduais e municipais. De acordo com a senadora, o Samu já está atuando em 784 municípios, e está presente em todas as capitais.



Borges defende investimentos federais na infra-estrutura de seu estado

César Borges diz que o governo federal menospreza a Bahia

César Borges (PFL-BA) afirmou que o governo federal não atende às demandas da Bahia na mesma proporção da importância do estado. Ele disse que as deficiências de infra-estrutura, que poderiam ser diminuídas com investimentos federais, criam obstáculos ao desenvolvimento.

O senador alegou que o governo federal se apropria dos projetos cuja implementação foi iniciada em outras gestões e os divulga como se fossem iniciativas suas. Como exemplo, citou investimentos na refinaria Landulfo Alves em projetos de extração de gás, e o programa Luz para Todos, "que já existia no governo anterior com o nome Luz no Campo".

Vice-presidente da CPI caracteriza como "tragédia" as denúncias de procurador e de delegado, envolvendo 60 parlamentares, inclusive integrantes da Mesa da Câmara

Jungmann: sanguessugas também fraudavam Educação e Tecnologia

"Essa é a maior tragédia que já se abateu sobre o Congresso Nacional", afirmou o vice-presidente da CPI dos Sanguessugas, deputado Raul Jungmann (PPS-PE), referindo-se às informações prestadas pelo delegado da Polícia Federal Tardelli Boaventura e pelo procurador da República em Mato Grosso Mário Lúcio Avelar, ouvidos ontem pela comissão, em reunião fechada. De acordo com Jungmann, ambos afirmaram que a fraude com recursos resultantes de emendas ao Orçamento envolveria 60 parlamentares e não se limitaria à área da saúde, chegando também ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Jungmann explicou que o esquema de desvio de recursos no MCT, no Programa de Inclusão Digital e no FNDE, em licitação para aquisição de ônibus escolar, seria idêntico ao utilizado pela máfia dos sanguessugas para fraudar a compra de ambulâncias. Haveria, segundo ele, uma "lavanderia de recursos" de emendas parlamentares, uma base jurídico-legal para dar cobertura ao esquema, bem como um braço da quadrilha nas



Jungmann, Biscaia e Lando, em reunião com o delegado Tardelli Boaventura (D)

orefeitura

Para o vice-presidente da CPI, diante do surgimento de fatos novos, é possível que o escopo da comissão seja ampliado. Outra hipótese levantada por ele foi de a comissão recomendar ao Ministério Público e à Justiça a continuidade das investigações.

Os depoentes, acrescentou Jungmann, afirmam haver 60 parlamentares envolvidos nos desvios de recursos do Orçamento e apontam ligação de dois membros da Mesa da Câmara com a máfia dos sanguessugas.

Segundo o presidente da CPI, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), a comissão teria decidido solicitar à Câmara o afastamento dos dois integrantes da Mesa daquela Casa até o final das investigações. Biscaia reiterou a necessidade de manutenção do sigilo da documentação e do nome dos parlamentares indiciados, conforme ofício enviado à comissão pela presidente do STF, ministra Ellen Gracie, para não prejudicar nova solicitação de transferência de dados.

Para o relator da comissão, senador Amir Lando (PMDB-RO), a ordem da presidente do STF deve ser cumprida, mas, se necessário, o sigilo poderá ser quebrado "no momento oportuno".

Conforme Jungmann, a CPI pode funcionar no recesso parlamentar, caso seja aprovado requerimento nesse sentido.

Falta de acordo adia votação de marco do saneamento

A falta de acordo na Comissão Especial Mista de Saneamento adiou para a próxima semana a votação do relatório do deputado Júlio Lopes (PP-RJ) sobre os projetos que definem a política nacional de saneamento básico.

A sugestão de adiamento partiu do senador Tião Viana (PT-AC). Ele informou que a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, solicitou a ele a negociação de um prazo maior com a comissão. O propósito de Dilma seria reunirse mais uma vez com as áreas técnicas dos ministérios.

 O retorno que tive da reunião com a ministra foi de que haveria espaço para se construir algum tipo de entendimento em relação à proposta de Júlio Lopes e do que foi apresentado pelo governo
 a afirmou Tião Viana.

O presidente da CPI, César Borges (PFL-BA), anunciou a prorrogação do prazo de funcionamento do colegiado até 22 de dezembro. A próxima reunião foi marcada para terça-feira, às 15h.



Virgílio apresenta plataforma como candidato a governador do Amazonas

Virgílio promete governo "factível, lúcido e honesto"

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), apresentou ontem sua plataforma como candidato ao governo do Amazonas. O parlamentar disse que "será preciso reverter o caos em que se transformou a saúde pública e a educação, e realizar uma importante reflexão sobre o futuro tecnológico do Pólo Industrial de Manaus". Virgílio observou que o Amazonas arrecada entre R\$ 4,5 bilhões e R\$ 5 bilhões ao ano, para uma população de, no máximo, 3 milhões de habitantes, não podendo, portanto, o estado ser considerado um "coitadinho".

O senador comprometeu-se com ampla e imediata reforma administrativa, extinguindo órgãos e "inúteis e numerosíssimos cargos", que estariam sendo loteados com interesses eleitoreiros.

Procurador-geral recebe relatório da CPI dos Bingos

O presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Morais (PFL-PB), e o relator, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), entregaram o relatório final da comissão ao procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza. A comissão encerrou seus trabalhos no último dia 20, mas a entrega do relatório só foi feita ontem devido à anexação ao relatório de todos os projetos em tramitação no Congresso relativos à regulamentação das casas de bingo no Brasil.

– Fizemos a nossa parte; concluímos as investigações; juntamos provas. Agora é com o Ministério Público. O procurador foi bem claro dizendo que vai avançar nas investigações – afirmou Efraim, acrescentando que Antonio Fernando de Souza prometeu analisar aqueles casos que forem de sua competência e enviar os demais



Garibaldi (E) e Efraim entregam o documento para ser analisado pelo Ministério Público

aos tribunais regionais de primeira instância nos estados.

O relatório final sugere o indiciamento de 79 pessoas – entre elas o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci e seus assessores Rogério Buratti, Vladimir Poletto e Ademirson Ariovaldo; o presidente do Sebrae, Paulo Okamotto; e o empresário de casas de bingo Carlinhos Cachoeira – e de quatro empresas, entre elas a multinacional GTech, envolvida em operação irregular para renovação de contrato para administração de loterias.

Conforme proposta oriunda da Câmara, contribuição terá alíquota de 20% e recolhimento ficará a cargo do companheiro que perceba algum tipo de renda

Prorrogação de incentivo ao cinema passa no Plenário

Duas propostas vinculadas ao setor de audiovisual foram aprovadas ontem pelo Plenário do Senado. Uma delas é o projeto de lei da Câmara (PLC 47/06) que alterou a Medida Provisória 2.228/01 para prorrogar o prazo de concessão de incentivos fiscais destinados ao desenvolvimento da indústria cinematográfica. Assim, estendeu-se até 31 de dezembro de 2010 a possibilidade de deduzir do Imposto de Renda devido os investimentos em obras cinematográficas brasileiras de produção independente por meio da aquisição de quotas de direito de comercialização delas. Ainda conforme a proposição, que vai à sanção presidencial, as obras cinematográficas a serem beneficiadas por esses incentivos deverão contar com a aprovação prévia da Agência Nacional do Cinema (Ancine). A exemplo do PLC 47/06. o Projeto de Lei do Senado (PLS) 361/05, que segue para a Câmara dos Deputados, amplia o prazo dos incentivos fiscais para obras cinematográficas de produção independente definido pela MP 2.228/01. Embora também exija aprovação prévia da Ancine às produções a serem beneficiadas, o PLS 361/05 estende até o exercício fiscal de 2016 o prazo para dedução do IR devido dos investimentos na compra de quotas de direito de comercialização dessas produções independentes. Antes da decisão do Plenário, a proposta recebeu ontem mesmo parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), elaborado pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO). Aprovada também pela Comissão de Educação, a proposta foi apresentada à Câmara pelo deputado Francisco Dornelles.

Funcines

A MP estabeleceu a política nacional do cinema e criou o Conselho Superior do Cinema e a Agência Nacional do Cinema (Ancine), entre outras medidas. Autorizou ainda a criação de fundos de financiamento da indústria cinematográfica nacional (Funcines), administrados por instituição financeira autorizada pelo Banco Central.

Cônjuge não-segurado que atua no lar poderá contribuir com INSS

Projeto que permite a inscrição, na Previdência Social, do cônjuge que cuida dos afazeres do lar e não seja contribuinte obrigatório do sistema previdenciário recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta, que inclui os que vivem em união estável, será examinada agora pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para análise das emendas apresentadas em Plenário.

De autoria da deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP), e relatada na CAE pelo senador Gilvam Borges (PMDB-AP), a proposta estabelece que o recolhimento da contribuição deverá ser de responsabilidade do cônjuge ou companheiro que perceba renda.

No seu parecer, Gilvam disse concordar com o argumento de que não deve ser proibida, pelo Estado, a opção de filiação ao sistema previdenciário para a pessoa que não tem renda. Conforme o projeto, a alíquota desse novo segurado deverá ser de 20% sobre o respectivo salário-decontribuição.

O senador observa que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),

para cada beneficiário da Previdência Social, há, em média, outras 2,5 pessoas dependentes.

– Isso significa dizer que, atualmente, mais de 60 milhões de brasileiros são beneficiários, diretos ou indiretos, do sistema previdenciário público. Além disso, esses números evidenciam que o sistema previdenciário tem impacto significativo sobre os índices de pobreza. Estudos recentes demonstram que os benefícios previdenciários contribuem para que cerca de 18 milhões de brasileiros vivam acima da linha da pobreza – diz Gilvam.



Presidida por Luiz Otávio, CAE também aprovou isenção para salários pagos com atraso e autorização de empréstimo a refinaria no RS

Montante de salário isento pago com atraso pode ser livre de tributo

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem, em decisão terminativa, substitutivo a projeto de lei do senador Paulo Paim (PT-RS) que impede o desconto do Imposto de Renda sobre o montante dos proventos pagos acumuladamente, com atraso, desde que a remuneração mensal seja isenta do tributo.

O relator, senador César Borges (PFL-BA), explicou que o projeto não estabelece renúncia fiscal, "pois, se for efetivamente devido, o tributo será cobrado no momento da declaração de ajuste do imposto".

– Consideramos a proposição legislativa justa e oportuna. Não haveria qualquer quebra de unicidade ou de isonomia. Para o contribuinte, que vê deduzida de seus rendimentos parcela superior à que esperaria arcar no momento do desconto mensal em folha,

será significativa a diferença no mês em que estiver enquadrado na hipótese desse projeto – afirma o relator.

A CAE também acolheu substitutivo de Ramez Tebet (PMDB-MS) a projeto da Câmara (PLC 49/06) que determina a gratuidade da apresentação da declaração anual de isento. O substitutivo estende o benefício à inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CFP) e ao processo de certificação digital para rastreamento da declaração, entre outras medidas. Ele argumentou que a atualização e correção do CPF não pode ser feita à custa do contribuinte, que, isento do Imposto de Renda, vem sendo obrigado a pagar para manter seu cadastro ativo.

Tebet acrescentou ainda dispositivo que veda aumento na dotação orçamentária destinado a cobrir custos com a gratuidade.

Refinaria gaúcha da Petrobras terá R\$ 852,6 milhões

Pedido de autorização para a Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), no Rio Grande do Sul, tomar empréstimo no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado depois de receber parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A solicitação da Presidência da República teve como relator o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que apresentou voto favorável à aprovação da matéria. De acordo com informações da Casa Civil da Presidência da República, o valor do empréstimo é de até R\$ 852,6 milhões, a serem obtidos mediante subscrição de debêntures simples, pelo BNDES e pela BNDESPar (BNDES Participações), em emissão privada da refinaria.

Divergências adiam votação do projeto da Super-Receita

Pedido de vista coletivo provocou ontem o adiamento, na Comissão de Assuntos Econômicos, da votação do projeto de lei da Câmara que cria a Super-Receita. A proposta unifica a Secretaria da Receita Federal e a Secretaria da Receita Previdenciária e estabelece regras para a administração tributária federal.

De autoria da Presidência da República, o projeto, já aprovado pela Câmara, tem como relator o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), que apresentou parecer favorável, com algumas emendas sugeridas por senadores. A proposta será examinada também pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) após ser apreciada pela CAE. O parecer chegou a ser lido pelo relator durante a reunião, mas ainda há divergência quanto às emendas, principalmente com relação ao plano de carreira dos funcionários do setor.

Mudanças

Tourinho disse estar procurando "retirar a angústia dos servidores" e que está disposto a ouvir novamente as categorias envolvidas nessa mudança, para que não sejam prejudicadas.

A Super-Receita, de acordo com a proposta, deverá ser dirigida pelo secretário da Receita Federal do Brasil e integrará a estrutura do Ministério da Fazenda. A competência do novo órgão será arrecadar, fiscalizar, administrar, lançar e normalizar o recolhimento de quase a totalidade dos impostos e contribuições que cabem à União, explicou Rodolpho Tourinho.

O projeto prevê a possibilidade de o órgão se responsabilizar pela fiscalização das contribuições devidas a terceiros que tenham a mesma base utilizada para o cálculo daquelas incidentes sobre a remuneração paga, devida ou creditada a segurados do Regime Geral de Previdência Social, bem como das contribuições que incidem sobre outras bases a título de substituição, mediante retribuição de 3,5% do total arrecadado.

A medida propõe também a criação de cinco delegacias de julgamento e de 60 turmas com competência para julgar em primeira instância processos relacionados a tributos e contribuições administrados pela Receita Federal do Brasil.

Renan destaca contribuições à discussão sobre cotas

Ao receber ontem um manifesto de movimentos de promoção da igualdade racial em favor de cotas universitárias para negros, o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que iniciativas como essa são valiosas para enriquecer o debate e aperfeiçoar o modelo brasileiro. Paulo Paim (PT-RS), acompanhado de diversos deputados, entregou o documento a Renan e ao presidente da Câmara. Aldo Rebelo.

Recentemente, Renan recebeu de artistas e representantes do meio acadêmico um manifesto contra a criação dessas cotas. O documento, assinado por artistas e intelectuais, amparava-se no argumento de que as cotas aprofundarão a desigualdade racial no país. Presente ao encontro de ontem, o antropólogo José Jorge Carvalho disse que o manifesto contrário é uma iniciativa isolada, nascida no Rio de Janeiro.

O frei David Santos, coordenador da rede Educafro (Educação e Cidadania de Afrodescendentes), ressaltou que o manifesto em favor das cotas tem o apoio de 425 intelectuais, professores e estudantes de todo o país. Também afirmou que a idéia desse documento é dizer que, em termos raciais, o Brasil não pode se contentar com uma visão remanescente do período colonial.

Democracia

Entrevistado logo após o encontro, Renan disse que os manifestos a favor e contra as cotas ajudam no debate da questão. E assegurou que fará o que puder para ampliar e democratizar essa discussão.

– Esse debate é fundamental para o aperfeiçoamento do modelo brasileiro, que é o modelo de cotas. Se ele tem imperfeições, a hora de repará-las é agora. Acho tudo isso perfeitamente democrático. Temos que buscar a igualdade, fazer essa reparação histórica e, se for necessário, buscar outros modelos – adiantou.

Renan enfatizou que o Senado já votou o Estatuto da Igualdade Racial, que agora precisa ser deliberado na Câmara. Já em relação ao projeto que garante as cotas, que também está na Câmara, ele disse que precisa ser aperfeiçoado. Em sua opinião, o Parlamento existe exatamente para isso.

Cabe ao Parlamento exatamente encontrar o denominador comum e ter uma política eficaz para combater a segregação social, seja qual for: de gênero, regional, sexual. Eu sou contra qualquer segregação – afirmou.

Projeto de Pedro Simon, que determina a inclusão de novos conteúdos nos ensinos fundamental e médio, foi aprovado por unanimidade pela Comissão de Educação

Ensino de ética e cidadania pode ser obrigatório nas escolas

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem, por unanimidade, projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) com a finalidade de inserir no currículo dos ensinos fundamental e médio disciplina dedicada ao desenvolvimento dos valores éticos e de cidadania. De acordo com substitutivo de Cristovam Buarque (PDT-DF), a proposta integrará a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). O texto será examinado pela CE em turno suplementar.

Pelo projeto (PLS 63/06), a nova disciplina deve incluir a defesa do pluralismo, a rejeição de qualquer forma de preconceito ou discriminação e o estímulo à ação comunitária. Esse componente curricular também, de acordo com a proposta, deve estar presente nos cursos de formação dos profissionais de educação.

Simon esclareceu que a proposta não é similar à disciplina de Edu-



Proposta acolhida na CE prevê que temas também integrem cursos para professores

cação Moral e Cívica do período da ditadura militar, que apresentava aspectos de autoritarismo.

- A proposta tem por finalidade romper a visão de que a escola deve tão-somente transmitir informações e saberes que tenham utilidade para a vida profissional ou para a continuidade dos estudos - disse Simon. Para o relator, Cristovam Buarque, é na infância

e na adolescência que se formam os valores do cidadão.

A CE aprovou também o PLS 75/06, de Gerson Camata (PMDB-ES), relatado por Aelton Freitas (PL-MG), denominando "Rodovia Engenheiro Fabiano Vivacqua" o trecho da BR-482, entre o entroncamento com a BR-101, no Espírito Santo, e a divisa com Minas Gerais.

Simon: autor de *Belíssima* falará na CE sobre pesquisa

Pedro Simon (PMDB-RS) comunicou ao Plenário que a Comissão de Educação (CE) aprovou requerimento de sua autoria para que seja convidado Sílvio de Abreu, autor da novela *Belíssima*, para falar sobre pesquisas da TV Globo que identificaram mudanças no pensamento dos brasileiros sobre questões éticas.



Apoio dos entrevistados a personagens sem caráter preocupa Simon

O convite foi motivado por entrevista do autor à revista *Veja*, em que ele se diz surpreso ao constatar que os brasileiros consideram as pessoas corretas como "chatas" e apóiam quem

luta pelo que quer, mesmo cometendo deslizes éticos. Simon lembrou que Sílvio de Abreu declarou existir uma ligação entre as mudanças nos brasileiros e os recentes escândalos políticos do país.

O senador manifestou alegria pela aprovação, na CE, de projeto de sua autoria que introduz aulas de ética e cidadania nas escolas. Recordou que essas aulas, obrigatórias no regime militar, foram desvirtuadas, pois os "coronéis-professores só queriam convencer os jovens sobre os riscos do comunismo".

Para Jefferson, desintegração moral da sociedade brasileira é alarmante

Ao comentar a entrevista dada à revista *Veja* pelo novelista Sílvio de Abreu, Jefferson Péres (PDT-AM) disse que é alarmante a constatação da desintegração dos valores morais na sociedade brasileira. Segundo lembrou, a pesquisa da emissora sobre a novela *Belíssima* revelou que boa parte das entrevistadas já não valoriza tanto a retidão de caráter.

 Para elas, fazer o que for necessário para vencer na vida é o certo. Os valores morais da nossa sociedade estão em processo de desintegração. O que vai ser da nossa sociedade sem princípios éticos? – questionou.

Jefferson concorda com o novelista quando este liga os desvios de conduta a escândalos na política. O homem do povo, disse, não vê motivo para ser honesto quando políticos roubam e ficam impunes.

- Não me surpreenderei se



"Políticos honestos e eleitores sérios são espécies em extinção", observa Jefferson

eles forem reeleitos. Políticos honestos são uma espécie rara porque o eleitor sério também está em processo de extinção – assinalou.

Aprovada inclusão de crenças entre expressões culturais

Projeto de Marcelo Crivella (PRB-RJ) que inclui crenças entre as expressões culturais brasileiras foi aprovado por unanimidade na Comissão de Educação (CE), em decisão terminativa. O texto, explicou o relator, Paulo Paim (PT-RS), altera a lei que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Lei 8.313/91) e visa canalizar recursos do Fundo Nacional de Cultura para fundações culturais de qualquer natureza e para os templos.

Na opinião do autor, as diversas religiões, seitas, cultos e seus sincretismos expressam a formação da cultura do povo brasileiro.

Na mesma reunião, a CE aprovou substitutivo de Maria do Carmo Alves (PFL-SE) a projeto (PLC 118/05) que permite que matérias cursadas em seminários de Filosofia ou Teologia sejam aproveitadas em cursos de graduação. A comissão acolheu ainda o PRS 2/05, de Heloísa Helena (PSOL-AL), para determinar que as transmissões da TV Senado tenham interpretação para a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Paim anuncia debates sobre sindicalismo e fator previdenciário

Em discurso no Plenário do Senado, Paulo Paim (PT-RS) anunciou a realização, amanhã, de duas audiências públicas em comissões permanentes da Casa, ambas com a participação do senador. Pela manhã, serão discutidas na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) questões relativas à contribuição sindical. À tarde, Paim participará de audiência conjunta da CAS com as comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Na reunião, estará em debate o fator previdenciário, que é uma fórmula utilizada para calcular o valor da aposentadoria e que pode provocar a sua redução, dependendo do tempo de contribuição e da idade do beneficiário.

Ainda em seu pronunciamento, o senador pelo Rio Grande do Sul felicitou intelectuais e representantes de movimentos sociais que apresentaram ao presidente do Senado, Renan Calheiros, e ao presidente da Câmara, Aldo Rebelo, manifesto apoiando o projeto que cria o Estatuto da Igualdade Racial e propostas legislativas que visam à implementação de políticas afirmativas.